

## COMBUSTÍVEIS

## Cresce adesão à subvenção

Após conversa com Durigan, Celina Leão inclui o Distrito Federal na lista dos governos que apoiam a medida

» RAFAELA GONÇALVES

Pelo menos 22 estados já sinalizaram com a adesão à proposta do governo federal que prevê a concessão de subvenção a importadores de diesel visando mitigar os efeitos do choque de preços do petróleo sobre a população diante das tensões no Oriente Médio. O Distrito Federal, que inicialmente havia recusado a proposta, anunciou adesão ontem, após contato do ministro da Fazenda, Dario Durigan com a governadora Celina Leão.

A mudança de posição ocorre em um momento de pressão sobre os preços dos combustíveis, com impacto direto no custo do transporte e na inflação local. De acordo com a governadora, embora a adesão deva aumentar a pressão sobre as contas públicas do DF, a ausência da medida poderia gerar efeitos ainda mais significativos, especialmente sobre o transporte público e o setor de cargas.

A medida estabelece uma subvenção de R\$ 1,20 por litro de diesel importado, com custo dividido igualmente entre União e governos estaduais. Segundo o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), pelo menos 80% das unidades da federação devem participar da iniciativa.

Apesar da ampla adesão, alguns estados ainda não se posicionaram oficialmente, aguardando a publicação da medida provisória que regulamentará o programa antes de tomar uma decisão. Em entrevista, ontem, à *Globonews*, Durigan afirmou que a MP só vai ser publicada na próxima semana, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva retornar a Brasília.

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Objetivo da medida é minimizar o impacto do conflito no Oriente nos preços do diesel no Brasil, o que pode provocar alta de preços em vários produtos

“O presidente está viajando. Nós vamos aguardar o presidente voltar para editar essa medida provisória, que já está combinada com os Estados. Eu espero que, nesse meio tempo, esses pouquíssimos Estados que ainda não aderiram também adiram”, disse à jornalista Míriam Leitão.

Com duração estimada de dois meses, a medida deve provocar uma perda de cerca de R\$ 1,5 bilhão na arrecadação estadual, compensada por meio da retenção de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O modelo dispensa a redução

do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ao contrário da proposta inicial. A iniciativa se soma a medidas já adotadas pelo governo federal, como a isenção de PIS/Cofins e o subsídio de R\$ 0,32 por litro em vigor.

“A medida tem caráter excepcional, temporário e busca assegurar a previsibilidade e a estabilidade no abastecimento de combustíveis no país, atenuando os efeitos críticos mundiais que derivaram da atual intervenção conflituosa no Oriente Médio”, destacou o Confaz em nota conjunta com o Ministério da Fazenda.

## Sem efeito imediato

A adoção do governo distrital é vista pelo setor como um sinal de abertura ao diálogo diante de um cenário econômico desafiador, especialmente considerando o peso do diesel sobre transporte, logística e custo de vida. Apesar disso, o presidente do Sindicombustíveis-DF, Paulo Tavares, avalia que a iniciativa não deve ter impacto imediato para o consumidor.

Segundo ele, a complexidade da formação de preços impede repasses automáticos. “A formação de

preços envolve origem do produto, volume importado, custo logístico e a gestão dos estoques já adquiridos”, disse.

Outro ponto de incerteza é o formato operacional da política. Ainda não há definição se o subsídio será aplicado diretamente ou via créditos posteriores às distribuidoras, o que pode retardar seus efeitos. “Essa definição é crucial para entender o impacto real na bomba”, afirmou.

No Distrito Federal, onde o abastecimento depende quase integralmente de fontes externas, o cenário é mais sensível.

## Subsídio ao diesel

## Estados que aderiram à proposta do governo:

Acre (AC)  
Alagoas (AL)  
Amazonas (AM)  
Bahia (BA)  
Ceará (CE)  
Distrito Federal (DF)  
Espírito Santo (ES)  
Maranhão (MA)  
Mato Grosso (MT)  
Mato Grosso do Sul (MS)  
Minas Gerais (MG)  
Paraíba (PB)  
Paraná (PR)  
Pernambuco (PE)  
Piauí (PI)  
Rio Grande do Norte (RN)  
Rio Grande do Sul (RS)  
Roraima (RR)  
Santa Catarina (SC)  
São Paulo (SP)  
Sergipe (SE)  
Tocantins (TO)

As distribuidoras já aplicaram reajustes de cerca de R\$ 1,15 por litro, mantendo a pressão sobre os preços. Com a logística baseada no transporte rodoviário, movido a diesel, os custos de frete seguem em alta. “Os postos já enfrentam aumento significativo no frete, pressionando margens e preços finais”, reforçou Tavares.

O setor reconhece a importância da medida, mas destaca a necessidade de transparência, previsibilidade e segurança operacional para que o subsídio alcance, de fato, o consumidor final.

## REDUÇÃO DA JORNADA

## Preços podem subir 6,2%

Iano Andrade/CNI

» DANANDRA ROCHA

A possível redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais pode provocar uma alta média de 6,2% nos preços de bens e serviços no país. É o que indica levantamento da Confederação Nacional da Indústria, divulgado, ontem, que projeta impactos diretos no custo de vida da população.

De acordo com o estudo, a elevação de preços seria disseminada por diferentes setores da economia. As compras em supermercados, por exemplo, podem ficar 5,7% mais caras. Produtos agropecuários teriam aumento em torno de 4%, enquanto itens industrializados, como roupas e calçados, poderiam subir, em média, 6%, chegando a 6,6% nesses segmentos específicos.

O setor de serviços também seria afetado, com reajustes estimados em até 6,5%, atingindo desde serviços pessoais, como manicure e cabeleireiro, até atividades como pintura residencial. Já a conta de internet pode registrar aumento ainda mais expressivo, de até 7,2%.

A simulação da CNI considera um cenário em que a redução da jornada seria compensada pela contratação de novos trabalhadores. Ainda assim, a entidade avalia que as horas não seriam integralmente recompostas, ao mesmo tempo em que o custo da hora trabalhada aumentaria, fator que pressionaria os preços ao longo de toda a cadeia produtiva.

Entre os setores, a indústria aparece como o mais impactado, com queda estimada de 4,34% nas horas trabalhadas. Na sequência, estão comércio (-4,03%), serviços (-2,44%), construção (-2,04%) e agropecuária (-1,70%).

Presidente da entidade, Ricardo Alban afirma que o efeito tende a atingir diretamente o consumidor. “A consequência da elevação do custo do trabalho será o aumento generalizado dos preços da economia e afetará a vida de todos os brasileiros. As empresas não enfrentarão apenas o aumento do custo direto com mão de obra, mas os insumos também deverão ter seus



Para Ricardo Alban, o debate não pode ser feito em ano eleitoral

preços reajustados, considerando que a redução do limite das horas trabalhadas afeta toda a cadeia produtiva”, alerta.

A discussão sobre a proposta de redução da escala 6x1 que tramita no Congresso Nacional, modelo em que o trabalhador atua seis dias e descansa um, também é acompanhada pela entidade na Casa. Para Alban, o debate precisa ser aprofundado e dissociado do calendário eleitoral. “A discussão da escala é 6x1 é legítima e necessária, mas qualquer decisão dessa dimensão deve levar em conta a avaliação de impacto e seus efeitos econômicos. A produtividade no Brasil ainda está muito aquém de países semelhantes e há escassez de mão de obra”, destaca.

O dirigente também critica o momento escolhido para a discussão, em meio a pressões inflacionárias globais. Segundo ele, o cenário internacional, marcado pela alta nos preços do petróleo em razão de conflitos no Oriente Médio, dificulta ainda mais a absorção de novos custos pela economia brasileira.

## Outro lado

O senador Cleitinho (Republicanos-MG) falou com indignação

sobre a jornada de trabalho no país e classificou a escala 6x1 como “desumana”. Em entrevista ao *Correio*, o parlamentar defendeu a redução do modelo, que hoje é permitido pela legislação e cobrou que o Congresso acelere a discussão.

“É uma coisa desumana. A gente precisa debater isso o mais rápido possível”, afirmou. Segundo ele, a realidade de trabalhar seis dias seguidos com apenas uma folga semanal já não atende mais às expectativas do trabalhador brasileiro, especialmente diante dos baixos salários.

A fala ocorre em meio ao crescimento da pressão social sobre o tema. Pesquisa recente do Datafolha mostra que 71% dos brasileiros apoiam o fim da escala 6x1, índice que vem em alta desde 2024. O apoio é majoritário em praticamente todos os recortes, com destaque para trabalhadores mais jovens.

Cleitinho defende que o tema vá além da disputa ideológica. “Isso não é pauta de esquerda ou de direita, é uma pauta brasileira”, disse. Para ele, a dificuldade de contratação em alguns setores já reflete a insatisfação com o modelo atual. “Não está sendo interessante trabalhar nessa escala para ganhar R\$ 1.600”, afirmou.

**WAKE UP**

9 A 12 DE ABRIL

MAIS DE 8 ESPORTES GRATUITOS  
CAMPEONATOS DE WAKEBOARD E WAKESURF

Lago paranoá  
Parque Deck Norte

saiba mais

retire seu ingresso grátis

APOIO: Secretaria de Esporte e Lazer GDF

REALIZAÇÃO: INSTITUTO INFLAMA E PRODUTIV

CAMPEONATO OFICIAL: abv

PARCEIRO DE MÍDIA: CORREIO BRAZILIENSE

PATROCÍNIO: Corona Cero

ESTABELECIDO EM 1973